

O DESAFIO DE DURKHEIM: O SUICÍDIO COMO DEMONSTRAÇÃO DO MÉTODO SOCIOLÓGICO

THE CHALLENGE OF DURKHEIM: SUICIDE AS A DEMONSTRATION OF THE SOCIOLOGICAL METHOD

Otávio Morato de Andrade ¹

UFMG: <https://orcid.org/0000-0002-0541-7353>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n38ID32826

Resumo

O Suicídio (Le Suicide), publicado em 1897, é um marco da Sociologia, porque é com esta obra que Émile Durkheim (1858-1917) se propõe a delimitar e perquirir um fato social de acordo com o método sociológico. O presente artigo revisita este livro emblemático, por meio de uma exploração teórica, de aprofundamento conceitual, com uma abordagem qualitativa em cotejo com outras bibliografias pertinentes. Conclui-se que *O Suicídio* continua a ser um texto seminal, contribuindo para o legado duradouro de Durkheim na sociologia, fornecendo uma base sólida para a compreensão das dinâmicas sociais e reforçando a importância do método sociológico na análise de fenômenos complexos.

Palavras-chave: Suicídio. Émile Durkheim. Método sociológico.

¹ E-mail: otaviomorato@gmail.com

Abstract

The *Suicide* (Le Suicide), published in 1897, is a landmark in Sociology because it is with this work that Émile Durkheim (1858-1917) sets out to define and investigate a social fact according to the sociological method. This article revisits this emblematic book through theoretical exploration and conceptual deepening, employing a qualitative approach in comparison with other relevant bibliographies. It is concluded that *The Suicide* remains a seminal text, contributing to Durkheim's enduring legacy in sociology, providing a solid foundation for understanding social dynamics, and reinforcing the importance of the sociological method in analyzing complex phenomena.

Keywords: Suicide. Émile Durkheim. Sociological method.

Introdução

Ao lado de Karl Marx e Max Weber, Émile Durkheim (1858-1917) é creditado como um dos pais da sociologia moderna. Uma das principais teses deste pensador francês é que as consciências individuais interagem entre si, criando uma nova realidade social, que é maior que a soma de suas partes. Para o autor, a compreensão científica dessa realidade coletiva torna possível a Sociologia, ou seja, o estudo das leis fundamentais que regem as relações sociais.

Quando Durkheim publicou seus primeiros trabalhos, a Sociologia não era reconhecida como ciência autônoma, fato que o motivou a se empenhar para cingir este campo de estudo das demais disciplinas, especialmente da Filosofia. O autor defendia que a Sociologia e a Filosofia eram complementares, ressaltando, entretanto, que o poder empírico do método sociológico conferia a este grande vantagem sobre as teorias metafísicas. Foi assim que Durkheim perscrutou assuntos tradicionalmente reservados à investigação filosófica, conduzindo análises rigorosas sobre alguns de seus temas, para então extrair novas leis e postulados. Posteriormente, aprofundou-se em temas da psicologia e da medicina, defendendo que a caixa de ferramentas sociológicas permitia observar leis e padrões até então não descritos pelas outras ciências.

Ao focar a coletividade sob as lentes de seu telescópio social, Durkheim não descartava a influência de explicações biológicas e psicológicas para estudar o comportamento do indivíduo. Todavia, seus trabalhos enfatizam a ação dos “fatos sociais”, ou seja, elementos da vida coletiva capazes de afetar a conduta humana, de forma similar ou até mais tenaz do que as características individuais. Partindo da premissa que os fatos sociais exercem grande influência sobre o comportamento humano, Durkheim publicou estudos sobre os mais variados fatos sociais e suas reverberações na sociedade.

O Suicídio (Le Suicide, 1897) é um tema fundador da Sociologia, porque é através dele que Durkheim se propõe a mostrar como delimitar e perquirir um fato social de acordo com o método sociológico que ele havia proposto dois anos antes². O desafio do *Suicídio* é examinar um objeto que, *a priori*, não parece sociológico, para fazer da Sociologia sua principal ferramenta de estudo e compreensão. A partir daí, Durkheim analisa o autoextermínio enquanto fato humano e coletivo, validando a abordagem sociológica e distinguindo-a das perspectivas médicas, psicológicas e filosóficas, até então predominantes no estudo do tema.

A obra divide-se em três partes. No Livro I (“Os fatores extra-sociais”), o autor determina seu objeto de pesquisa e revisa criticamente diversas explicações para o suicídio - notadamente abordagens biológicas, psicológicas e ambientais prevalentes na literatura científica. Durkheim concluirá que estes fatores têm pouca ou nenhuma influência para a compreensão do fenômeno. No Livro II (“Causas sociais e tipos sociais”), considerado o mais importante, o sociólogo organiza os tipos de suicídio de acordo com suas causas, observando vários fatores sociais que oferecem “imunidades” ou “riscos” ao potencial suicida, dentre os quais: religião, celibato, casamento, existência de filhos no casamento, crises políticas, flutuações econômicas, etc. Durkheim identifica a existência de três espécies de autoextermínio: 1) suicídio egoísta, motivado pelo extremo distanciamento do indivíduo da vida social; 2) suicídio altruísta, ensejado pela excessiva conexão com a sociedade e 3) suicídio anômico, quando a inconformidade entre as possibilidades reais do indivíduo e suas aspirações sociais leva o agente ao ato extremo. Na última etapa, o Livro III (“Do suicídio como

² Na obra *As regras do método sociológico (Les règles de la méthode sociologique)*, publicada em 1895, Durkheim tenta estabelecer a sociologia enquanto ciência social, apoiando-se em duas teses principais: a de que a sociologia precisa de um objeto de estudo, qual seja, o fato social; e a de neste estudo, os sociólogos devem se valer de um método científico, capaz de afastar a subjetividade e atingir resultados consistentes. (Durkheim, 2007)

fenômeno social em geral”), Durkheim reflete sobre a correlação do suicídio com outros fenômenos, debate questões éticas e legais (se deve ser considerado moral, se deve ser punido, etc) e esboça soluções para aperfeiçoar o tecido social, como forma de reduzir os casos de mortes voluntárias.

Neste contexto, o presente estudo pretende revisitar esta obra emblemática por meio de uma exploração teórica, de aprofundamento conceitual, com uma abordagem qualitativa em cotejo com outras bibliografias pertinentes. O artigo aborda os tópicos principais do livro em sua cronologia original. Primeiramente, apresenta-se a definição durkheimiana do suicídio, bem como a discussão sobre as várias explicações individuais (psicopáticas, hereditárias, climáticas, etc) que poderiam explicar o autoextermínio. Num segundo momento, examinamos a pesquisa estatística empreendida e as *causas sociais* formuladas por Durkheim para explicar como e porque o ser humano tira a sua própria vida. Por fim, analisamos a última etapa da obra, na qual o autor relaciona o suicídio a outros fenômenos e reflete sobre possíveis (re)desenhos sociais que poderiam contribuir para evitar a prática do autoextermínio.

Nossa abordagem será permeada por uma visão analítica que, se em alguns momentos sublinha os méritos científicos de *O Suicídio*, em outros, oferece uma abordagem crítica, sugerindo possíveis contradições e fragilidades inerentes à sua metodologia. Desta forma, o presente estudo pode oferecer elementos para a melhor compreensão e discussão da obra de Durkheim, na medida em que revisita um de seus livros mais potentes, colocando suas principais ideias em perspectiva.

Conceito de Suicídio

No primeiro capítulo do livro, Durkheim enfatiza seu compromisso com a investigação científica, concentrando-se em encontrar uma definição rigorosa de suicídio, capaz de delimitar com precisão o objeto a ser estudado, e, ao mesmo tempo, evitar ambiguidades linguísticas ou terminológicas que possam comprometer as comparações, afinal, diz o autor, “só se explica comparando” (Durkheim, 2000, p. 10).

Neste sentido, o pensador francês declina do conceito de uso comum, segundo o qual um suicídio é “qualquer morte que resulta de um ato praticado pela vítima”, seja positivo (por exemplo, atirar em si mesmo) ou negativo (por exemplo, recusar-se a comer). O problema desta definição é não distinguir o agente consciente (aquele

que sabe que pular da janela resultará em morte) daquele que, por algum motivo, não sabe que sua ação terá um desfecho letal (por exemplo, o incauto que pula de um andar alto acreditando que está no nível do solo). A característica distintiva dos suicídios, portanto, é que o ato seja realizado de maneira consciente e *previsível* – o agente sabe que o gesto levará à sua morte. Esse critério, segundo Durkheim, será suficiente para distinguir o suicídio de outras mortes que são infligidas a si mesmo inconscientemente, daí o conceito: “chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima, e que ela sabia que produziria este resultado” (Durkheim, 2000, p. 14).

E por que estudar o suicídio à luz da Sociologia? Sendo um fenômeno individual, não seria da alçada dos profissionais da área de saúde mental? Com efeito, Durkheim nunca negou que o suicídio pudesse ser estudado pelos métodos da medicina e da psicologia, mas ele vê razões para considerar o suicídio como um fenômeno social, produto não apenas de manifestações individuais, mas também coletivas. Para apoiar essa ideia, nosso autor empreende uma criteriosa análise estatística de suicídios na Europa, observando que cada sociedade tem uma “aptidão definida” para o suicídio.

Segundo Durkheim, os dados mostram que: a) ao longo dos anos, a taxa de suicídios de uma nação é relativamente constante, se comparada aos demais indicadores demográficos, como a mortalidade; b) a taxa de suicídios varia de país para país. Tal constância da taxa seria reveladora, só podendo ser “resultado de um grupo de características distintas, solidárias entre si e simultaneamente eficazes, apesar das diferentes circunstâncias presentes”, e sua variação de país para país justifica-se pela “qualidade concreta e individual dessas mesmas características, pois variam com o caráter individual da própria sociedade”. Durkheim conclui, portanto, que cada sociedade está propensa a contribuir com uma cota definida de suicídios, o que justificaria a necessidade de um estudo à luz do método sociológico (Jones, 1986, p. 85).

Causas Extrassociais

Após delimitar seu objeto de estudo, Durkheim passa a discutir se as taxas de suicídio são impactadas de forma decisiva pelos fatores extrassociais: a) as *disfunções orgânico-psíquicas* – que referem-se à predisposição de determinado indivíduo a

cometer o ato extremo e b) a *natureza do meio físico*, caracterizada por condições climáticas ou meteorológicas que possam produzir o mesmo efeito (Durkheim, 2000, p. 31).

Estados psicopáticos

No que tange às disfunções orgânico-psíquicas, o autor refuta argumentos tradicionais, como os de Bourdin, Esquirol e Falret, que defenderam que o suicídio era causado, majoritariamente, por doenças mentais ou episódios de “loucura”. Durkheim alega que a insanidade *não* está na origem do suicídio, argumentando, por um lado, que não havia uma única prova de que o autoextermínio fosse uma monomania – ou seja, fruto de uma ideia obsessiva – e, por outro, rejeitando que os suicídios cometidos por “loucos” eram basicamente episódios alucinatórios. Nesta linha de raciocínio, o ato de tirar a vida não é necessariamente engendrado por psicopatologias (obsessões, insanidade, loucura, etc.), evidenciando, através de levantamentos estatísticos, que as taxas de autoextermínio variam na razão *inversa* dos eventos psicopáticos (Durkheim, 2000, p. 53). Além disso, nosso autor demonstra que, enquanto as taxas de doenças mentais se mantiveram relativamente estáveis ao longo do tempo, as de suicídio apresentaram crescimento - mais uma evidência de que as doenças mentais não estariam na base do suicídio.

O que dizer, então, das condições psicopáticas menos graves que a “loucura” – a neurastenia³ e o alcoolismo – que também eram frequentemente associadas ao suicídio? Durkheim mostra, com dados numéricos acurados, que os índices de suicídio não acompanham as taxas de neurastenia e que estas, portanto, não podem explicar a evolução do suicídio (Durkheim, 2000, p. 60). No que diz respeito ao alcoolismo, Durkheim apresentou mapas estatísticos, demonstrando que a disposição geográfica do consumo de álcool não coincide com a distribuição dos suicídios (Durkheim, 2000, p. 67). Durkheim conclui, portanto, que embora estados psicopáticos ou depressivos influenciem na decisão do suicida, esses contextos em si, não são capazes de explicar

³ A neurastenia é um termo antigo, usado pela primeira vez pelo neurologista norte-americano George Miller Beard em 1869 para designar um quadro de exaustão física e psicológica, fraqueza, nervosismo e sensibilidade aumentada (principalmente irritabilidade e humor depressivo). Era um diagnóstico muito frequente nas décadas de 1880 e 1890, quando a obra de Durkheim foi escrita, mas que desapareceu gradualmente ao longo do século XX, dispersando-se em outras psiconeuroses. Atualmente, o diagnóstico mais próximo da neurastenia é a síndrome da fadiga crônica (Beard, 1869; Zorzanelli, 2010).

a constância (ao longo dos anos) e a variabilidade (entre os países) dos índices de suicídio.

Estados normais (raça e hereditariedade)

Tendo descartado condições patológicas como possíveis causas, Durkheim passa a analisar fatores individuais normais, como raça e hereditariedade. Sobre a raça, contrapõe-se aos famosos estudos do médico italiano Morselli (1879), que defendia que algumas etnias possuíam maior tendência ao autoextermínio. Munido de tabelas e estatísticas (Durkheim, 2000, p. 77-81), o sociólogo francês evidenciará que o suicídio não varia em função das etnias prevalentes em cada região do mapa, mas sim na proporção da urbanização das cidades (quanto mais urbanizada a região, maiores os índices de suicídio). Além disso, demonstrou que dentro de cada etnia é possível observar-se imensas variações na taxa de autoextermínio, dependendo da localidade. Os povos de raça germânica espalhados pela Europa, por exemplo, suicidavam-se em maior ou menor grau dependendo da cidade em que viviam. Essa constatação leva Durkheim a ponderar que as altas taxas de autoextermínio podem estar mais relacionadas à urbanização e à situação social do que propriamente às questões étnico-raciais.

A hipótese da hereditariedade do suicídio também é refutada por Durkheim. Autores como Esquirol relataram casos onde vários irmãos suicidaram-se, ou em que o autoextermínio perpassava várias gerações: avôs, pais, filhos, netos, etc. Mas Durkheim questiona a relevância estatística dos episódios de suicídios familiares, sugerindo que esses casos não estariam necessariamente vinculados a uma predisposição biológica, mas à similaridade de circunstâncias *sociais* às quais estes parentes suicidas estavam expostos, ou até mesmo do “contágio social”, hipótese em que o suicida *não herdaria* a tendência ao ato, mas é estimulado pelo *contato* com outros casos (Durkheim, 2000, p. 91).

Fatores cósmicos

Mas, se as propensões psicológicas não são por si só, causas suficientes para que um indivíduo tire a sua própria vida, poderiam essas predisposições serem potencializadas por fatores *cósmicos* (clima, temperatura, etc.)? Se esse fosse o caso, não haveria motivo para considerar o suicídio como fato social, mas apenas fruto das

interações do indivíduo com o ambiente. É esta a hipótese do livro *Il suicídio: Saggio di statistica Morale comparata* (Morselli, 1879), o qual defendia que as condições climáticas, combinadas com o estado mental do ser humano, podem levar ao suicídio.

Durkheim refuta tal postulado com uma análise da distribuição geográfica dos suicídios na Europa, detectando que no Norte e no Sul da Europa, o suicídio é mínimo, ao passo que no Centro, ele é mais desenvolvido. Assim, a mancha formada no mapa do Velho Continente pelos altos índices de suicídio não coincide com uma região climática específica, mas com os principais focos da civilização europeia. Adicionalmente, apresenta dados que mostram que, após 1870, com a transferência da capital italiana de Florença (no norte do país) para Roma (na região central), os suicídios que antes concentravam-se na região norte *deslocaram-se rapidamente para a zona central, enquanto o clima das duas regiões permaneceu o mesmo* (Durkheim, 2000, p. 100-104). Portanto, para nosso autor, os fatores têm pouco impacto sobre o suicídio, ao contrário da hipótese de Morselli. Durkheim também contesta a suposição de Montesquieu de que os países frios e nebulosos favorecem o suicídio. Através da evolução mensal das estatísticas, Durkheim mostra que o autoextermínio é mais comum durante o verão e a primavera do que no outono e inverno.

A seguir, nosso autor as alegações de Ferri (2006) e Morselli (1879), de que o suicídio seria resultado de uma *excitação cerebral provocada pelo calor*. Durkheim apresenta as seguintes objeções a tal hipótese: 1) o suicídio não é causado por excitação, mas antes por depressão, pois se assim fosse, países mais quentes teriam maiores índices de suicídio, o que não se verifica nas estatísticas e 2) a taxa de suicídio dos países europeus entra em declínio em julho e agosto, meses em que a temperatura continua a subir (Durkheim, 2000, p. 107-113). Por fim, descarta uma segunda versão desta tese climática, reformulada por Lombroso (2017) e Ferri (2006), segundo a qual a variação brusca dos termômetros na “chegada dos primeiros calores” provocaria uma *confusão adaptativa* em alguns seres humanos, deixando-lhes mais vulneráveis aos desequilíbrios e atos extremos como o suicídio. Se isso fosse verdade, diz Durkheim, a “chegada dos primeiros frios” também provocaria confusão adaptativa, impactando de forma similar aos calores nas taxas de suicídio - o que não se verifica estatisticamente.

Após desmontar as “teses cosmológicas”, Durkheim propõe que o suicídio varia em função da maior ou menor atividade social ao longo das estações. Os meses de

abril, maio, junho e julho chegam a ter mais de 14 horas de duração, com intensa interação humana e, por isso, diz Durkheim, coincidem com as mais altas taxas de suicídio registradas ao longo do ano. Nos meses de novembro, dezembro e janeiro, cujos dias chegam a durar em torno de 8 e 9 horas, e a atividade coletiva é menor, a quantidade de pessoas que tira sua própria vida cai quase à metade. De igual forma, o suicídio é mais comum durante o dia do que nas noites, de manhã e à tarde do que ao meio-dia (na pausa do almoço francês) e mais frequente nos dias de semana do que nos finais de semana. Em todos os casos, estabelece Durkheim, *o suicídio aumenta naqueles meses, dias da semana e horas do dia em que a vida social é mais ativa e diminui quando a atividade humana se retrai*. Portanto, o sociólogo sugere que *o suicídio é consequência da intensidade da vida social* (Durkheim, 2000, p. 118-125).

Imitação

Antes de passar ao Livro II, Durkheim teve de lidar com uma última teoria “psicológica”: o argumento de Gabriel Tarde (1843-1904) de que fatos sociais em geral, e suicídio em particular, podem ser explicados como consequência da “imitação” (Tarde, 1897). O termo *imitação*, informalmente se refere a três grupos de fatos: 1) o processo pelo qual consciências individuais reagem e produzem um mesmo sentimento coletivo; 2) a conformação do indivíduo às maneiras, costumes e práticas das sociedades; 3) reprodução automática de ações, apenas porque ocorreram em nossa presença ou já ouvimos falar delas.

Analisando um a um, Durkheim afirma que, a rigor, a primeira categoria não pode ser chamada de “imitação”, por não envolver nenhum ato de reprodução genuína. A segunda envolve um ato de reprodução, mas que é inspirado tanto pelos costumes sociais e pelo respeito às maneiras, representando mais uma decisão de *aderência* do que propriamente imitação. Somente na terceira hipótese, na qual o ato é um mero eco do original, e sujeito a nenhuma causa fora de si, o uso do termo imitação é justificado. É o caso do sujeito que presencia ou ouve falar de um suicídio e repete o mesmo ato. Daí a definição de Durkheim (2000, p. 138):

Há imitação quando um ato tem como antecedente imediato a representação de um ato semelhante, anteriormente por outros; sem que entre representação e a execução se intercale nenhuma operação intelectual, explícita ou implícita, sobre as características intrínsecas do ato reproduzido.

Durkheim reconhece a existência da imitação, mas afasta-a como causa direta do suicídio, admitindo que ela seria, no máximo, um *gatilho* para que um indivíduo já aflito concretize o autoextermínio. Neste ponto, o autor avalia que a proibição de se noticiarem os suicídios não teria impacto nas estatísticas, já que o estado moral dos grupos não se modificaria em razão disso. Na realidade, diz Durkheim, *o que aumenta os suicídios e os assassinatos não é o fato de se falar nisso, mas a maneira pela qual se fala*, ou seja, a opinião e os julgamentos morais da sociedade e dos grupos sobre o assunto.

Uma leitura crítica deste capítulo permite perceber a preocupação de Durkheim em restringir ao máximo o conceito de imitação (que era tida à época como importante causa individual para os suicídios), limitando-a a repetição. Isso tem uma implicação prática: ao excluir várias hipóteses de imitação, reduz-se o número de casos atribuíveis a ela, ampliando-se o espectro de suicídios que terão envolvimento moral ou intelectual entre autor e a coletividade, ou seja, aqueles com causas sociais.

Fatores Sociais

Após rejeitar as diversas hipóteses extrassociais levantadas (psico-orgânicas, cosmológicas, étnicas, etc), Durkheim alega ter demonstrado, por “eliminação”, que *a tendência ao suicídio é um fenômeno coletivo*, estando atrelado, necessariamente, a *causas sociais* (Durkheim, 2000, p. 165). Nosso autor passa, então, a organizar os “tipos” de suicídio, reunindo-os conforme suas características essenciais e apresentações mais comuns. Mas neste ponto o sociólogo esbarra em um problema: faltam dados capazes de revelar, com precisão, as características morfológicas de cada caso de suicídio, tais como: o estado psíquico em que se encontrava o agente no momento do ato, como preparou sua realização, se estava calmo ou entusiasmado, agitado ou deprimido, ansioso ou irritado, etc. Ante a impossibilidade de acessar as particularidades de cada ato, Durkheim é forçado a rever sua estratégia inicial, adotando uma classificação “etiológica” em vez de “morfológica”. Ou seja, reúne os episódios pelas causas, em vez de agrupá-los pela estrutura.

Como, então, alcançar essas causas? A esse respeito, Durkheim não confia nos registros públicos, alegando que eles são, na verdade, “estatísticas de opiniões” que os funcionários encarregados têm sobre os casos. Além disso, ainda que tais registros tivessem alguma fidedignidade, não seriam muito úteis, já que “os *motivos* atribuídos

ao suicídio, com ou sem razão, *não são suas causas verdadeiras*”, sendo quase impossível desvendar suas origens examinando-se apenas o ato final (Durkheim, 2000, 171).

Com esta proposição, Durkheim traça um caminho para ignorar as estatísticas individuais. O sociólogo passará, então, a examinar as taxas gerais de suicídio, de acordo com idade, sexo, religião, sociedade familiar, política, grupos ocupacionais, além de outras variáveis, com o objetivo de descrever como cada espécie de suicídio é moldada.

Suicídio egoísta e o efeito protetivo das religiões e instituições

Ao comparar a propensão do suicídio entre cidades protestantes e católicas, Durkheim descobriu que, nas localidades de maioria católica, as taxas de suicídio eram consideravelmente mais baixas. De igual forma, verificou que nas regiões onde os judeus são mais numerosos, a proporção de pessoas que subtrai a própria vida é ainda menor à dos católicos e protestantes. O estudioso encontrou, portanto, correlações entre as distintas confissões religiosas e a tendência ao autoextermínio.

Mas em que essas religiões diferem entre si? Durkheim sustenta que, quanto mais espaço uma doutrina oferece à livre investigação e à liberdade de consciência, como é o caso do protestantismo, a vida do indivíduo tende a ter menos “coesão” e “vitalidade”. Comparativamente, na visão de Durkheim, o catolicismo deixaria menos espaço ao livre exame e às reflexões existenciais, inculcando uma crença mais forte de que Deus está presente em todos os detalhes da existência, o que, por consequência, proveria maior sentido à vida. Por fim, o sociólogo observa que a Igreja Judaica consegue ser ainda mais influente neste aspecto, pois exerce forte ascendência na *crença* e também na *vida social* dos seus seguidores. A grande quantidade de hábitos, regulamentos e práticas judaicas deixaria espaço reduzido para o julgamento individual, acabando por proteger seus seguidores das crises existenciais e pensamentos mórbidos.

Durkheim descarta outras hipóteses que poderiam explicar as taxas correspondentes a cada religião, como por exemplo, a tese de que judeus e católicos são menos numerosos que os protestantes e, enquanto minorias, tais seitas se uniriam mais fortemente diante da hostilidade dos grupos hegemônicos. Essa explicação, dirá Durkheim, ignora as estatísticas, pois *qualquer que seja a proporção entre católicos e*

protestantes (mesmo quando estes últimos são minoria), constata-se que os protestantes se suicidam muito mais que os católicos (Durkheim, 2000, p. 187). Nosso autor realça o caso da Espanha, onde as taxas de suicídio dos protestantes, que eram minoria, foram significativamente mais altas. Outra hipótese contestada pelo sociólogo é a de que o suicídio varia em função da reprovação, em maior ou menor grau, de cada doutrina religiosa ao ato suicida. Essa conjectura não prospera, diz Durkheim, porque os católicos, protestantes e judeus repudiam o suicídio com igual ênfase, mas as taxas de autoextermínio entre eles apresentam notáveis diferenças.

Por fim, Durkheim sublinha que, apesar de o suicídio ser mais comum em pessoas mais instruídas, *não são a educação e a ciência que desorganizam as religiões*. O sistema de crenças tradicionais, diz nosso autor, encontra-se, há séculos, em processo de desintegração. Portanto, dirá que não há “nada mais injusto” que acusar a ciência pelo desmonte da fé e, tampouco, pelo crescimento do suicídio na Europa:

Não é com demonstrações dialéticas que se desenraiza a fé; é preciso que ela já esteja profundamente abalada por outras causas para poder não resistir ao choque dos argumentos (...) Uma vez que as crenças estabelecidas foram arrastadas pelo correr das coisas, não é possível restabelecê-las artificialmente; mas já não há mais nada além da reflexão que possa nos ajudar a conduzir na vida. Uma vez que o instinto social se dissipou, a inteligência é o único guia que nos resta e é por meio dela que devemos reconstruir uma consciência para nós (Durkheim, 2000, p. 201).

Diante disso, Durkheim conclui que *as religiões, em maior ou menor grau, oferecem um “efeito protetor” contra o suicídio*, não por serem promessa de vida futura ou porque condenem o ato, mas porque, antes de tudo, as Igrejas são *sociedades* e, enquanto tais, *quanto mais intensa a vida coletiva que oferecem, maior será o seu valor preservativo*. Essa conclusão sugere que o sentimento de pertencimento, a participação ativa em rituais, a interação social e o apoio emocional provenientes da comunidade religiosa desempenham papel fundamental na saúde mental e na prevenção de comportamentos autodestrutivos.

Mas, se a religião protege os homens do suicídio porque é uma sociedade, outras instituições sociais como a família e a sociedade política podem ter o mesmo efeito? Sim, responde Durkheim, após medir estatisticamente a imunidade de vários grupos sociais e indicar o que chamou de “coeficiente de preservação” de cada um deles, ou seja, sua taxa de proteção média em relação aos demais agrupamentos. Este ponto é interessantíssimo, pois, como bem nota Sidnei Ferreira de Vares (2017, p. 25),

Durkheim chega a conclusões bastante originais: (1) os indivíduos casados beneficiam-se de um “coeficiente de preservação” em relação aos celibatários, a depender da idade; (2) todavia, há uma particularidade no caso específico dos homens casados menores de vinte anos, cuja taxa de suicídio é maior àquela dos celibatários de igual faixa etária; (3) o casamento, em geral, tende a proteger mais os homens do que as mulheres; (4) os viúvos se suicidam mais do que os casados, mas menos do que os celibatários; (5) a existência de filhos no casamento tende a diminuir os riscos do suicídio.

Assim, prossegue Vares (2017), tais oscilações levam Durkheim a asseverar que o “indivíduo, deixado a si mesmo, é incapaz de se satisfazer”. O casamento, especialmente aquele com filhos, “funciona como uma espécie de força exterior de ordem moral”, responsável por equilibrar os apetites individuais, reduzindo a disparidade entre desejos e satisfação.

Da mesma forma, a análise das *sociedades políticas* revelou que o suicídio, bastante raro nos estágios primitivos da civilização, cresce à medida que a sociedade amadurece. Durkheim irá defender que, contrariando o senso comum, *as taxas de suicídios caem durante os momentos de crises*, sejam elas guerras ou dificuldades econômicas⁴. O sociólogo explica que a taxa de suicídios tende a diminuir temporariamente durante as crises, porque é justamente nelas que as pessoas se conectam com maior força, despertando sentimentos coletivos como o espírito partidário, o patriotismo e a fé política na nação.

Em suma, o grau de integração dos núcleos religiosos, familiares e políticos *protege* o indivíduo do suicídio. Por outro lado, quando uma sociedade enfraquece ou “se desintegra”, o indivíduo depende cada vez menos do grupo, mais de si mesmo e tem dificuldade em aceitar as normas sociais:

Seu pensamento e atividade, à medida que se desenvolvem, transbordam cada vez mais (...) Então ele precisa de outros. Porque é um ser social mais complexo, o homem só pode se manter em equilíbrio quando encontra pontos de apoio, e é por depender de mais condições que seu equilíbrio mental se perturba facilmente (Durkheim, 2000, p. 268).

⁴ Durkheim mostra, a partir de dados estatísticos, que na França, nas Revoluções de 1830 (que levou à abdicação do Rei Carlos X) e de 1848 (que derrubou a Monarquia), as taxas de suicídio caíram consideravelmente. A tendência se repete em outras nações europeias, em casos de guerra e convulsões sociais (Durkheim, 2000, p. 260).

Nesse estado de individualismo excessivo, o vínculo que liga o homem à sociedade se solta. O individualismo excessivo conduz ao desemparo moral, aos sentimentos obscuros e à conclusão de que sua vida não tem sentido, levando ao suicídio egoísta.

Suicídio altruísta

Se uma individuação *excessiva* leva ao suicídio, a individuação *insuficiente* também produz os mesmos efeitos. Durkheim identificou, sobretudo em sociedades primitivas, uma forma de suicídio muito particular, à qual chamou de *altruísta*, observada em três situações: 1) homens que se matam ao chegar à velhice ou se deparar com doenças irreversíveis; 2) mulheres que tiram a própria vida ao perderem seus maridos ou 3) servos se privam de viver após a morte de seus chefes.

Embora raros nas sociedades ocidentais civilizadas, tal modalidade de autoextermínio eram corriqueira em sociedades primitivas: entre os povos achantis, os oficiais tinham a obrigação de subtrair a própria vida após a morte do rei; na província da Bengala, na Índia, as viúvas comumente suicidavam-se; guerreiros dinamarqueses preferiam o autoextermínio a morrerem em seu próprio leito fustigados por doenças incuráveis, dentre diversos casos registrados na literatura. Durkheim propõe que sacrifícios dessa natureza são impostos por tradições das sociedades onde a personalidade individual deve ter pouco valor, estado a que chamou *altruísmo* e cujo modo de morte autoinfligida foi chamado suicídio altruísta obrigatório.

Como todos os suicidas, o altruísta se mata porque é infeliz, mas aqui essa infelicidade difere das demais nas causas e nos efeitos. Enquanto o *egoísta* está infeliz porque não vê nada no mundo além do indivíduo, o *altruísta* fica triste porque o indivíduo é absorvido pela coletividade; o egoísta não vê nenhum objetivo com o qual possa se comprometer e, portanto, sente-se inútil e sem propósito, enquanto o altruísta se compromete com um objetivo além deste mundo, pois a sociedade pesa sobre o indivíduo a ponto de levá-lo a se destruir.

Mas suicídios altruístas também ocorrem entre os povos presumidamente “mais civilizados”, sendo registrados, por exemplo, entre os primeiros mártires cristãos e os revolucionários franceses. Na sociedade francesa contemporânea, Durkheim ainda identificou um ambiente fértil onde o suicídio altruísta é crônico: o exército. Examinando estatísticas detalhadas, o autor conclui que *a disposição dos*

militares ao suicídio é sempre maior do que a da população civil para a mesma idade, e que, a depender do país, essa diferença varia entre 25% e 900% (Durkheim, 2000, p. 295). Para identificar a origem de tal predisposição, o autor analisa algumas hipóteses: 1) o celibato no exército, que será descartado pela constatação de que os suicídios dos militares são maiores até mesmo do que as mortes voluntárias de solteiros civis; 2) o alcoolismo; que já havia sido eliminado no Livro I como fator extrassocial; 3) a aversão dos soldados recém-chegados ao serviço militar, também rejeitada por Durkheim, que demonstrará que as taxas de mortes voluntárias são maiores entre os militares de alta patente e com maior tempo de serviço do que nos soldados rasos e supostamente mal adaptados.

Nessa esteira, o mestre francês concluirá que os suicídios militares variam inversamente aos suicídios civis. Isso seria resultado da “individuação fraca”, um alto nível de altruísmo que está presente no exército e que não é encontrado nas sociedades contemporâneas. Durkheim não quer dizer que todos os suicídios militares são altruístas: “o soldado, ao vestir a farda, não se torna um homem inteiramente novo; os efeitos da educação que recebeu, da existência que levou até então não desaparecem” (Durkheim, 2000, p. 299). Mas se alguns casos resultam de reminiscências individuais, a maioria decorrerá do altruísmo e da destruição da individualidade, que não deixa de ser um reflexo do espírito militar.

Sob a influência dessa predisposição, o soldado se mata pela menor contrariedade, pelas razões mais supérfluas, por uma recusa de licença, por uma advertência, por uma punição injusta, por uma suspensão de promoção, por uma questão de ponto de honra, por crise de ciúme passageira ou até, simplesmente porque presenciou ou ficou sabendo de outros suicídios (Durkheim, 2000, p. 299).

Por fim, o autor relembra a importância do conceito inicialmente delimitado, observando que muitos dos casos de suicídio altruísta narrados na história nem sempre foram considerados como tal, mas confundidos, por exemplo, com atos de sacrifício ou heroísmo em prol da coletividade. Durkheim insiste que, em qualquer desses casos, se a morte resultou do ato *consciente* realizado pela vítima, estar-se-á diante de um suicídio, por mais louvável que seja sua causa. Assim sendo, o habitante das Ilhas Canárias que se joga num abismo para honrar seu Deus é tão suicida quanto um adepto do jainismo que se mata para retornar ao nada, e, de igual maneira, é o caso do industrial falido que decide não sobreviver à sua desonra.

Suicídio anômico

Como vimos anteriormente, o suicídio egoísta e altruísta são consequências, respectivamente, da integração insuficiente ou excessiva do indivíduo à sociedade na qual está inserido. Mas, além de integrar seus membros, a sociedade também tem a função de *regular* suas crenças e comportamentos. A partir de agora, Durkheim pretende demonstrar que existe uma relação entre a taxa de suicídio de uma sociedade e a maneira como ela desempenha essa importante função reguladora. Ele observa que as crises e instabilidades industriais/financeiras de fato aumentam a taxa de suicídio, mas não pelo declínio do bem-estar econômico que a crise produz imediatamente e sim pela vertiginosa prosperidade econômica que sucede o colapso. Durkheim demonstra, com estatísticas, que nos momentos de *recuperação* que sobrevêm às crises, há um crescimento fulminante⁵ no número de suicídios.

Uma prova ainda maior de que a depressão econômica não agrava as taxas de mortes voluntárias seria o fato de que as regiões que enfrentavam, à época, circunstâncias economicamente miseráveis, como a Calábria e a Irlanda, apresentavam menores índices de suicídio. “Pode-se até dizer que a miséria protege”, afirmará o sociólogo (Durkheim, 2000, p. 310). Portanto, Durkheim está a dizer que, se as crises aumentam os suicídios, não é por empobrecerem, mas por perturbarem a ordem coletiva, rompendo seu equilíbrio geralmente através do crescimento brusco e desordenado.

Tal conclusão embasa a *teoria de anomia Durkheimiana*⁶, que identifica momentos e espaços anômicos com a perda de referências normativas que orientam o indivíduo e a sociedade. Portanto, rearranjos sociais repentinos, ainda que acompanhados de crescimento econômico, abrem brechas para comportamentos antissociais e autodestrutivos, elevando as taxas de suicídio.

Uma das premissas da teoria da anomia é que nenhum ser vivo pode ser feliz sem que suas necessidades básicas sejam supridas. Sem que isso ocorra, há sofrimento

⁵ Foi o caso da Itália, que depois de passar por várias convulsões populares, finalmente alcança, em 1870, a estabilidade com a conquista de Roma e a unificação de suas províncias. Nos anos seguintes, os suicídios aumentarão 36% (entre 1871 e 1877) e 28% (entre 1877 e 1889). A Alemanha, também unificada em 1870 sob hegemonia da Prússia, experimentará desenvolvimento semelhante, que também é acompanhado de altos índices de suicídio: aumento de 90% dos casos entre 1875 e 1886 (Durkheim, 2000, p. 307).

⁶ Enquanto Jean Marie-Guyau trabalhou o conceito de conceito de anomia enquanto fenômeno positivo, Durkheim apresentou, desde a obra *Da Divisão do Trabalho Social* [1893] (2010), uma perspectiva menos otimista, que é aprofundada em *O Suicídio* [1897] (2000).

e perda do impulso de viver. Enquanto nos animais, essa lógica é clara – bastando que suas necessidades materiais sejam supridas para a manutenção de sua existência – nos humanos não existem somente necessidades materiais, mas também de realização. Os desejos humanos são ilimitados e insaciáveis, sendo tal insaciabilidade fonte segura da miséria humana.

Por isso, para que os seres humanos sejam felizes suas necessidades e aspirações individuais devem ser restringidas; e como essas necessidades e aspirações são produtos de uma consciência social reflexiva, as restrições puramente fisiológicas desfrutadas pelos animais são insuficientes para esse fim. Essa importante função reguladora deve, portanto, ser desempenhada por uma força moral externa, superior ao indivíduo: a sociedade. Diz Durkheim (2000, p. 315).

Só a sociedade (...) está em condições de desempenhar esse papel moderador, pois ela é o único poder moral superior ao indivíduo, e cuja superioridade este último aceita. Só ela tem autoridade necessária para dizer o direito e para marcar o ponto além do qual não devem ir as paixões. Só ela, também, pode apreciar o prêmio oferecido em perspectiva a cada ordem de funcionários, atendendo ao interesse comum.

Assim, nos momentos de perturbação em que a sociedade perde temporariamente a capacidade de exercer sua função reguladora, a falta de restrições impostas às aspirações humanas impossibilita a felicidade. Isso explica por que períodos de desastre econômico, assim como os de súbita prosperidade, são acompanhados pelo aumento na taxa de suicídios e também por que nações miseráveis desfrutam de uma certa imunidade ao autoextermínio. Desta forma, a anomia nada mais é que a condição temporária de *desregulamentação social*, que, ao lado do excesso de individuação (egoísmo) e da falta dela (altruísmo), constitui uma das fontes do suicídio:

A anomia é, portanto, em nossas sociedades modernas, um fator regular e específico de suicídios; é uma das fontes em que se alimenta o contingente anual. Difere [dos outros tipos de suicídio] na medida em que depende, não da maneira da qual os indivíduos estão ligados à sociedade, mas da maneira pela qual ela os regulamenta. O suicídio egoísta tem como causa os homens já não perceberem razão de ser na vida; o suicídio altruísta, essa razão parece-lhes estar fora da própria vida; [o suicídio anômico] tem como causa o fato de sua atividade se desagregar e eles sofrerem com isso (Durkheim, 2000, p. 329).

A anomia atua em maior ou menor grau, em diferentes esferas da vida social. É o caso, por exemplo, da vida conjugal⁷ ou do comércio/indústria, onde as fontes tradicionais de regulação social – religião, governo e grupos ocupacionais – falharam em exercer restrições morais a uma economia capitalista cada vez mais desregulada.

Com efeito, a religião, que já foi capaz de consolar os pobres e restringir parcialmente as ambições dos ricos, perdeu a maior parte de seu poder. O Estado, que antes determinava funções econômicas, se tornou servo delas. Mesmo grupos profissionais como as corporações de ofício, que já regularam salários, fixavam o preço dos produtos e da produção e indiretamente fixavam o nível médio de renda dos trabalhadores, ficaram impotentes pelo crescimento da indústria e pela expansão indefinida do mercado.

De tal forma, no comércio e na indústria, “o estado de crise e anomia é constante e, por assim dizer, normal”. A ganância é despertada sem saber onde encontrar o ponto de apoio final e nada pode acalmá-la, já que seu objetivo está muito além de tudo o que pode atingir, conclui Durkheim. E, portanto, as ocupações industriais e comerciais estão entre as que fornecem o maior número de suicídios (Jones, 1986, p. 109).

Do suicídio como fenômeno social geral

Durkheim abre a última etapa do livro fazendo um balanço de seus achados. Destaca que o suicídio é um *fato social*, e que, como força coletiva, transcende e se impõe aos indivíduos. Alega que a evolução da taxa de suicídios só se explica sociologicamente, sendo estabelecida pela constituição moral de cada sociedade. Compara a sociedade a um organismo vivo: a célula biológica é composta por átomos inanimados e apesar disso, há uma força superior que anima o organismo. De igual

⁷ A anomia doméstica aflige viúvas e viúvos, bem como aqueles que experimentam a separação e o divórcio. A correlação entre divórcio e suicídio já era observada na literatura científica, mas vinha sendo atribuída à “seleção conjugal”: pressupunha-se que os casamentos falhavam porque ali haviam indivíduos com falhas psicológicas, naturalmente mais propensos a tirar sua própria vida. Durkheim, que tende a rejeitar explicações psicológicas individuais, propôs que o casamento é uma forma de regulação social: equilibra as necessidades orgânicas, fecha o horizonte do “infinito” vivenciado pelo solteiro e consolida o estado mental. O fim da vida conjugal explicaria as altas taxas de suicídios entre homens divorciados: “A calma, a tranquilidade moral que constituía a força do homem casado, é, portanto, menor; ela dá lugar, em alguma medida, a um estado de inquietude que impede o homem de se ater ao que tem” (Durkheim, 2000, p. 347). No entanto, Durkheim mostrou que o casamento protege mais o marido que a esposa, e, de igual forma, que os divórcios afetam mais os homens que as mulheres. A visão tradicional do casamento - que seu objetivo é proteger a mulher do capricho masculino e impor um sacrifício de instintos polígamos ao homem - é, portanto, claramente falsa.

forma, os seres humanos, ao se associarem, formam uma existência psíquica mais poderosa que a soma dos indivíduos, daí advindo fenômenos coletivos que antes não eram observados nas unidades autônomas.

Em seguida, Durkheim investiga as relações do autoextermínio com outros fenômenos sociais, examinando se ele deve ser considerado um fato moral, imoral ou criminológico. Uma análise histórica mostra que, ao longo da história medieval e moderna, a Igreja e o Estado sancionaram o suicídio, geralmente punido com a retirada dos títulos nobiliárquicos, o confisco de bens e a proibição de ritos funerários tradicionais. Por outro lado, nas sociedades antigas, o suicídio chegou a ser aceito, em maior ou menor grau. Em Atenas, por exemplo, o ato poderia ser autorizado pelo Senado, mediante um pedido devidamente justificado. Se nas sociedades primitivas o suicídio era afronta civil, mas eventualmente tolerada e legitimada, a sociedade cristã transformou o ato em sacrilégio, desmoralizando-o moralmente. Partindo de uma perspectiva humanista, Durkheim concorda que o suicídio deve ser considerado *imoral*, uma vez que o ato fragiliza o tecido social.

Por fim, o autor sugere formas de se controlar o suicídio. Propõe que se suas causas são sociais, como logrou demonstrar, a solução deveria ser igualmente social, preferencialmente através de instituição capaz de produzir os *fatores protetivos* ora identificados. Paralelamente, Durkheim rejeita as sanções ao suicídio, porque esta não atacaria suas causas (excesso ou falta de individuação e anomia).

Durkheim examina as instituições possíveis e descarta, por eliminação, as seguintes: o Estado (pois a sociedade política está muito distante dos indivíduos); as religiões (que socializam, mas retiram do homem a liberdade de pensar) e a família (que também está suscetível às correntes desintegrativas responsáveis pelo aumento das taxas de suicídio). Com efeito, o Estado, a religião e a família foram capazes de impedir suicídios no passado. No entanto, perderam coesão, influência e capacidade de regular o indivíduo. Por fim, o autor elegerá a *agremiação profissional* como o único meio capaz de preencher essa *função integrativa e reguladora*. Ela seria capaz de constituir um espaço moral com força suficiente para regular as relações entre o Estado e as pessoas, bem como para limitar os desejos individuais incontidos.

Assim, as corporações profissionais (corporações de ofício), abolidas “de forma precipitada” na Revolução Francesa, dispunham de uma força de coesão ausente em instituições como o Estado, a religião e a família no contexto da solidariedade

orgânica. Durkheim defende a recriação desses órgãos corporativos em moldes atualizados, compatíveis com a vida moderna. Esses grupos intermediários atuam, por meio de sua força reguladora, no sentido de orientar patrões e empregados para fins coletivos, contribuindo para organizar a repartição da riqueza e, assim, legitimar a hierarquia social gestada ao longo do século XIX.

Na medida em que reconhece as patologias intensificadas pela divisão do trabalho – desigualdade de oportunidades ou mau ajustamento a certas funções, injusta remuneração pelos serviços prestados, aviltamento do homem em face de um trabalho repetitivo e destituído de significado, etc. – Durkheim aposta suas fichas na organização e no disciplinamento moral no interior da atividade econômica (Besnard, 1993). Outrossim, o autor acredita que essas corporações profissionais poderiam funcionar como uma espécie de contrapeso à força do Estado, equilibrando as esferas política/social e os interesses coletivos/ individuais.

Considerações finais

O Suicídio é, antes de tudo, um desafio para Durkheim, que se empenha em demonstrar a eficácia dos princípios que havia formulado nas *Regras do Método Sociológico*. Na contramão da literatura médica e filosófica da época, o autor consegue argumentar com certo grau de êxito que, em cada sociedade, a soma total de mortes voluntárias é predominantemente *produto do meio social*, cuja influência se mostra maior do que psicopatias ou circunstâncias ambientais. Nesta luta contra as teses dominantes para aplicar seu método sociológico, Durkheim emprega uma rigorosa análise estatística, etnográfica e histórica para refutar as explicações vigentes com técnicas quantitativas sofisticadas para a época, encontrando evidências significativas (Timasheff, 1966).

Apesar da densa análise estatística, Durkheim não encontrou nenhuma relação entre o tipo de suicídio e os *métodos* suicidas pelos quais a morte é alcançada. Em alguns casos, diz nosso autor, isto irá depender da popularidade do ato suicida dentro de cada sociedade, indicando que a escolha de meios suicidas é determinada por causas sociais. Mas as causas que levam à escolha da técnica de suicídio são bem diferentes das que levam à decisão de colocar fim à vida. “A morte escolhida”, diz Durkheim (2000, p. 377), “é diferente da natureza do suicídio (...) O primeiro nada tem a nos informar sobre o segundo; pertence a um estudo completamente

diferente”.

Além disso, frisa-se que apesar das classificações empreendidas por Durkheim, ele reconhece que os estados de humor não são encontrados em sua forma pura e isolada. Pelo contrário, causas diferentes podem interagir entre si e afetar um mesmo indivíduo, dando origem a modos compostos de suicídio. Um egoísta isolado também é frequentemente desregulado, enquanto a vítima não-regulamentada da anomia é frequentemente um egoísta mal integrado. De igual maneira, a paixão desesperada produzida pela anomia pode se comunicar com a resolução firme e corajosa do altruísta. Mesmo o egoísmo e o altruísmo, por mais opostos que sejam, podem combinar-se em determinadas situações.

Muito embora *O Suicídio* seja um livro que desperta no leitor um interesse genuíno pelo tema, isso não implica concordância absoluta com todos os aspectos da argumentação de Durkheim. Uma das limitações encontradas nesta obra é a do *argumento por eliminação*, frequentemente explorado pelo sociólogo francês. Esta técnica consiste na rejeição sistemática de definições e explicações de um fato social, de maneira claramente destinada a dar credibilidade ao único candidato remanescente, que é a hipótese defendida pelo autor (Baudelot & Establet, 1994). O uso dessa estratégia, segundo o Professor Robert Jones (1986), corre pelo menos dois riscos sérios. O primeiro é que Durkheim pode estar desconsiderando outras alternativas existentes; e o segundo é que as teses descartadas podem não ser mutuamente excludentes.

Desta forma, causas autônomas poderiam ser combinadas para formular explicações perfeitamente adequadas, que não “os candidatos restantes” de Durkheim. Assim, se considerarmos que um determinado efeito pode ter mais de uma causa única, a estratégia argumentativa de Durkheim fica fragilizada (Jones, 1986, p. 113). Portanto, a validade de algumas das categorias de suicídio propostas por Durkheim, como suicídio egoísta, suicídio altruísta e suicídio anômico poderia ser questionada a partir do argumento de que tais categorias podem ser muito rígidas e não capturar completamente as motivações complexas por trás do suicídio.

Outra questão é o amplo enfoque da obra de Durkheim nas causas sociais e coletivas, como a falta de integração social ou normas inadequadas, o que pode obscurecer elementos cruciais para uma compreensão abrangente do fenômeno do suicídio. A metodologia de Durkheim vale-se intencionalmente de dados agregados,

como estatísticas de suicídio em diferentes regiões, em detrimento do aprofundamento das motivações e experiências individuais dos envolvidos. No entanto, estudos posteriores no campo da teoria psicanalítica desvelaram processos de interação entre o indivíduo e o coletivo, trazendo à tona conceitos inovadores, como o “inconsciente coletivo”, as dinâmicas de “identificação/processos de grupo” e o fenômeno do “efeito manada”. Tais avanços na área psicanalítica demonstram que o comportamento em massa é um fenômeno complexo, no qual ocorre a interação de processos psicológicos individuais com dinâmicas sociais e culturais (Freud, 2019; Jung, 2016).

Outrossim, os processos psicológicos individuais também podem ser influenciados e afetados pelas dinâmicas sociais e culturais estudadas no campo da Sociologia. Desta perspectiva, o encontro intelectual entre Émile Durkheim e Sigmund Freud ainda é foco de trabalhos na atualidade, despertando a indagações sobre a complementaridade de suas perspectivas teóricas (Silva, 2007; Oliveira, 2014).

O Suicídio também caracteriza-se pela ocorrência do *petitio principii*⁸, uma retórica falaciosa na qual a conclusão que se pretende demonstrar já está contida em sua premissa. Este é, por exemplo, o estilo de argumento usado na classificação “etiológica” dos tipos de suicídio durkheimianos, que pressupõem a validade das explicações causais eventualmente propostas para eles (Jones, 1986, p. 114). Não que isso desmonte automaticamente o argumento de Durkheim; mas torna impossível considerar causas e tipologias alternativas e, assim, avaliar as reivindicações ambiciosas do autor.

É grande o legado de Durkheim, sobretudo na primeira metade do século XX, inspirando trabalhos como os de Talcott Parsons e Elton Mayo, que foram fundamentais para a divulgação do método sociológico. Entre os discípulos de Durkheim, também está Maurice Halbwachs, cujas pesquisas prolongaram as estatísticas de *O Suicídio*, adicionando novas séries históricas e índices de novos países (Vares, 2017, p. 32). Este estudo confirmou algumas proposições de Durkheim, tais como o efeito protetor da família e a correlação entre suicídio e as depressões econômicas. Todavia, o trabalho

⁸ A expressão latina *petitio principii* (“petição de princípio”) é usada para designar um encadeamento de falácias no qual o indivíduo assume a verdade de sua conclusão, usa essa suposição para rejeitar até mesmo a possibilidade de que há evidências contrárias e conclui que a falta de evidência para outras conclusões é mais uma evidência de seu ponto de partida. Uma forma de *petitio principii* é inverter os significados da conclusão com a premissa, por exemplo: “Carlos é bom pois doa dinheiro a mendigos, e todo indivíduo que doa dinheiro a mendigos é um bom”.

não corroborou a hipótese durkeimiana de que o suicídio aumentaria também em momentos de prosperidade econômica.

Faz-se necessário lembrar, por fim, que o estudo de Durkheim foi empreendido há mais de um século, e desde então a sociedade e as questões sociais mudaram significativamente, de modo que algumas das análises e conclusões de Durkheim podem não ser diretamente aplicáveis aos contextos contemporâneos. O fato de que alguns resultados obtidos por Durkheim sejam insuficientes para explicar o suicídio na contemporaneidade, contudo, não significa que o autor tenha fracassado. Sidnei Ferreira de Vares observa que, justamente por ser um fenômeno social, as taxas atuais de suicídio só podem ser totalmente entendidas levando-se em conta dinâmica dos novos aspectos sociais. Assim sendo, o suicídio não é imutável e está em conformidade com a própria natureza das sociedades: “cabe, pois, ao especialista atentar às mudanças sociais, pois elas certamente incidem sobre a distribuição do suicídio” (Vares, 2017, p. 32).

Considerando as limitações abordadas, o mérito de *O Suicídio* não está nas conclusões encontradas, mas no modo como seu autor examinou o referencial teórico e organizou as estatísticas, submetendo ambos às premissas do método sociológico. Durkheim conduz toda a obra com significativo rigor científico, mostrando que o estudo dos fenômenos sociais é capaz de produzir resultados autênticos, que permitem compreender melhor a realidade coletiva e fornecer soluções práticas para os problemas humanos. A obra é, antes de tudo, um registro categórico de como Durkheim ajudou a desenvolver e propagar a Sociologia como ciência. Mais de um século depois, pode-se dizer que, particularmente neste aspecto, o pensador francês obteve indubitável sucesso.

Referências

- BAUDELLOT Christian; ESTABLET Roger. **Maurice Halbwachs: consommation et société** Philosophies. Paris: Puf, 1994.
- BEARD, George. Neurasthenia, or Nervous Exhaustion. **Boston Medical and Surgical Journal** v. III n. 18, 29 de abril de 1869. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJM186904290801301>
- BESNARD, Philippe. **Anomie and fatalism in Durkheim's Theory of Regulation**. Londres: Routledge, 1993.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia [1897]**. São Paulo: Martins Fontes,

2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico [1895]**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social [1893]**. São Paulo. Martins Fontes, 2010.

FERRI, Enrico. **Sociología Criminal [1884]**. Buenos Aires: Valleta Ediciones, 2006.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos Sonhos [1900]**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

JONES, Robert Alun. **Emile Durkheim: An Introduction to Four Major Works**. Beverly Hills: Sage Publications, 1996.

JUNG, Carl & colaboradores. **O homem e seus símbolos [1964]**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente [1876]**. São Paulo: Ícone, 2017.

MORSELLI, Enrico. **Il suicídio: Saggio di statistica Morale comparata**. Fratelli Dumolard, 1879.

OLIVEIRA, José Mendes de. **Da Consciência Comportada à Dialética da Existência: Um Confronto de Durkheim e Freud**. São Paulo: Editora Scortecci, 2014.

SILVA, Liliane. **A corrente suicidógena de Durkheim e suas relações com as manifestações da pulsão de morte na cultura em Freud e Lacan: um percurso preliminar a um diálogo possível**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

TARDE, Gabriel. **Contre Durkheim à propos de son Suicide**. Paris: PUF Sociologies, 1897.

Disponível em:
http://classiques.uqac.ca/classiques/tarde_gabriel/contre_durkheim/contre_durkheim.pdf

TIMASHEFF, Nicholas. **Teoria sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VARES, Sidnei Ferreira de. O problema do suicídio em Émile Durkheim. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, vol. 13, nº 18, 2007.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. Neurastenia. **Revista História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.431-446. Rio de Janeiro.

Recebido: 14 jun 2023

Aceito: 27 dez 2023